TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CONTRATO TSE N.º 87/2019

CONTRATO TSE Nº 87/2019, DE AQUISIÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE *DATACENTER*, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E A EMPRESA CALC INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-EPP.

O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo pelo **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA**, Senhor **ANDERSON VIDAL CORRÊA**, portador da Carteira de Identidade nº 1.015.873 SSP/DF, CPF nº 400.732.891-91, e, de outro lado, a empresa **CALC INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-EPP**, sediada no SBS, Quadra 2, Bloco E, nº 12, sala 206, Sobreloja, parte Y4, Brasília/DF, CEP 70.070-120, CNPJ nº 09.202.645/0001-81, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **PROCURADOR**, Senhor **FABRÍCIO CARPANEZ LEANDRO**, portador da Carteira de Identidade nº 1.470.874 SSP/DF, CPF nº 766.831.921-20, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE *DATACENTER***, sob a regência das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, de acordo com o Procedimento Administrativo nº 2018.00.000013882-0 e 2019.00.000013791-9, Ata de Registro de Preços-TSE nº 69/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de infraestrutura de *datacenter* (itens 11, 13, 16 e 18), composta por *softwares* de virtualização, de acordo com as especificações, condições, quantidades e prazos constantes no Edital de Licitação TSE nº 65/2019 e seus Anexos, modalidade pregão, na forma eletrônica, e proposta da **CONTRATADA**, que passam a fazer parte deste instrumento, independentemente de transcrição, no que não conflitar com as disposições deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA EXECUÇÃO

A execução do objeto do presente contrato será realizada com o fornecimento dos equipamentos/serviços descritos em sua Cláusula Primeira, por meio do estabelecimento da **CONTRATADA**, CNPJ nº 09.202.645/0001-81, segundo as condições estabelecidas no Edital de Licitação TSE nº 65/2019, no seu Anexo I e na proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**:

1. Prestará as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA.**

2. Acompanhará, fiscalizará e atestará a execução contratual, bem como indicará as ocorrências verificadas.

3. Designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual.

4. Permitirá que os funcionários da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de entrega.

5. Recusará qualquer equipamento entregue em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

6. Efetuar os recebimentos provisório e definitivo após o preenchimento das respectivas listas de verificação - Anexo I-II do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

7. Efetuará o pagamento à **CONTRATADA** segundo as condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Entregar os equipamentos (lote 1 e item 9) nos prazos estabelecidos no Capítulo 4 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019, em embalagem original, sem avarias e respeitando toda legislação vigente referente ao objeto.

1.1. Os equipamentos deverão ser novos, não se admitindo, em hipótese alguma, o fornecimento de equipamento alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado.

1.2. Os equipamentos deverão atender rigorosamente a todas as especificações técnicas exigidas e as previstas na proposta apresentada pela **CONTRATADA**, inclusive no tocante a marcas, modelos de peças e/ou componentes internos, externos e consumíveis.

1.3. Ao Tribunal Superior Eleitoral fica reservado o direito de recusar de pronto o equipamento que flagrantemente não esteja em conformidade com a descrição do item.

1.4. Os equipamentos eletrônicos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

1.5. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 48 horas por meio dos telefones 3030-8971, 3030-8975 ou 3030-9096.

2. Registrar as novas licenças e/ou renovar a garantia técnica das licenças já adquiridas pelo **CONTRATANTE** (itens 10 a 18) conforme condições e prazos estabelecidos no item 4.6 do Capítulo 4 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

3. Prestar garantia técnica para os equipamentos e licenças de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Capítulo 6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

3.1. A **CONTRATADA** deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica contra defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos e à solução de problemas de funcionamento, durante a utilização normal dos equipamento e softwares, independente da existência de falha material.

3.1.2. A assistência técnica a ser prestada pela **CONTRATADA** deverá observar as condições e prazos de atendimento estabelecidos no item 6.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

3.2. Durante o período de garantia técnica, a **CONTRATADA** deverá fornecer gratuitamente todas as atualizações de softwares fornecidos.

3.3. O prazo para substituição dos componentes que apresentarem defeito durante o prazo de garantia deverá respeitar as exigências constantes do item 6.2.5.2. do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

3.3.1. O custo e a responsabilidade pelo recolhimento e entrega do produto durante o prazo de garantia serão da **CONTRATADA.**

4. Adotar as providências necessárias, utilizando-se de sistema de logística reversa, previsto na Lei Federal nº 12.305/10, com vistas à destinação final ambientalmente adequada das peças, componentes acessórios substituídos nos equipamentos durante o período de garantia técnica.

5. Substituir os equipamentos reprovados e cumprir as obrigações pendentes no prazo de 7 (sete) dias corridos, contados da notificação do **CONTRATANTE**.

6. Recolher os equipamentos reprovados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação pela fiscalização do contrato. Caso não os recolha, poderão ser descartados ou doados.

7. Executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes deste contrato.

8. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato.

9. Manter atualizados os dados do responsável (preposto), tais como contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o **CONTRATAN**TE, durante toda a fase de execução do contrato, conforme item 10.1.3 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

9.1. Toda a comunicação referente à execução do objeto será realizada por meio do e-mail informado pela **CONTRATADA** no momento da assinatura do contrato, salvo o disposto no item 6.2.2. do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

9.2. A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da **CONTRATADA,** ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

9.3. A comunicação só será realizada de forma diversa quando a legislação exigir ou quando a **CONTRATADA** demonstrar ao fiscal os motivos que justifiquem a utilização de outra forma.

10. Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.

11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto deste contrato.

12. Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do **CONTRATANTE**, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, camisetas regatas, sem camisa ou usando chinelos de dedo).

13. Comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

14. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo **CONTRATANTE**, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à **CONTRATADA**, durante e após a vigência do contrato.

15. Manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação exigidas na licitação quanto à regularidade fiscal.

15.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à Regularidade Fiscal, a **CONTRATADA** terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

16. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

16.1. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

16.2. No caso de fornecimento de bens importados, a **CONTRATADA** deverá apresentar a documentação que comprove a origem dos bens e a quitação dos tributos de importação a eles referentes.

17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, salvo os serviços previstos no item 4.5.3 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019, mediante solicitação formal ao **CONTRATANTE** e prévia anuência da equipe técnica da STI.

17.1. A **CONTRATADA** zelará pelos serviços executados por suas subcontratadas.

17.2. A **CONTRATADA** se obriga a comprovar ao **CONTRATANTE** que a subcontratada detém a qualificação técnica proporcional à parcela do objeto a ser por ela assumida, bem assim a sua regularidade fiscal e trabalhista, para fins de autorização.

18. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pelo **CONTRATANTE**, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.

CLÁUSULA QUINTA

DO VALOR CONTRATUAL

1. Os preços a serem pagos à **CONTRATADA** pelo fornecimento das licenças e prestação dos serviços de instalação objeto deste contrato, atualizados com o último preço ofertado no pregão, são os constantes da tabela abaixo, conforme consta da sua proposta, sendo de R$ 2.331.035,60 (dois milhões, trezentos e trinta e um mil, trinta e cinco reais, sessenta centavos) o valor total deste contrato.

Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
11	Licença de software VMware vCloud Suite Advanced	8	R$ 80.000,00	R$ 640.000,00
13	Licença de software VMware NSX Data Center Enterprise Plus	8	R$ 77.900,00	R$ 623.200,00
16	Renovação de garantia técnica de licença de software VMware vCloud Suite Advanced	12	R$ 30.637,30	R$ 367.647,60
18	Renovação de garantia técnica de licença de software VMware NSX Entrerprise com upgrade para VMware NSX Data Center Enterprise Plus	12	R$ 58.349,00	R$ 700.188,00
VALOR TOTAL				**R$ 2.331.035,60**

CLÁUSULA SEXTA

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. O pagamento do objeto do presente contrato será efetuado após o recebimento definitivo dos equipamentos/serviços/licenças, até o 8º (oitavo) dia útil, a partir da atestação da nota fiscal pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da **CONTRATADA,** observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

1.1. O atesto do objeto contratado será dado pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto – NTA, conforme previsto na IN nº 14/2017 – TSE. O fiscal administrativo terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo à Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira - CEOFI, contados do recebimento do documento fiscal, do Termo de Recebimento Definitivo – TRD e dos demais documentos exigidos para liquidação e pagamento da despesa.

1.2. O pagamento a ser efetuado em favor da **CONTRATADA** estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

1.3. O **CONTRATANTE** verificará a permanência da **CONTRATADA** no Simples Nacional, conforme declaração de que trata o item 7.1 do Capítulo XII do Edital de Licitação TSE nº 65/2019, mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexará cópia da consulta ao contrato ou à documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a **CONTRATADA** informar qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional.

2. A **CONTRATADA** deverá apresentar nota fiscal/fatura das licenças/serviços fornecidos/prestados, segundo último lance ofertado no pregão, após o recebimento definitivo do objeto.

2.1. No caso de fornecimento de bens importados, a **CONTRATADA** deverá apresentar a documentação que comprove a origem dos bens e a quitação dos tributos de importação a eles referentes.

3. Na fase de liquidação e pagamento da despesa deverá ser verificada pela área competente a regularidade fiscal da **CONTRATADA** perante a Seguridade Social, Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e, ainda, perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT); admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

4. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

4.1. Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da **CONTRATADA** (matriz/filial), encarregada da execução do objeto, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

5. Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado I = (6/100)/365).

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da execução do objeto do presente contrato correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o exercício de 2019, nas Naturezas de Despesa 44.90.40.05 - Aquisição de Software Pronto (itens 11 e 13), Ação 04.126.2038.15OP.0001 - Estruturação do Governo Digital - Nacional, Plano Orçamentário - Validação Biométrica para Serviços Públicos oriunda do Ministério da Economia, e 33.90.40.07 - Manutenção Corretiva/Adaptativa e Sustentação de Software (itens 16 e 18), Ação 02.126.0570.152B.0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, compromissada pelas Notas de Empenho, emitidas em 23/12/2019, nº 2019NE002551, no valor de R$ 1.263.200,00 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil e duzentos reais), e nº 2019NE002552, no valor de R$ 1.067.835,60 (um milhão, sessenta e sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA OITAVA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, caso a **CONTRATADA** descumpra total ou parcialmente o objeto contratado, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará sujeita às seguintes penalidades:

1.1. Advertência;

1.2. Multa; e

1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

2. Será aplicada a penalidade descrita no subitem **1.3** desta Cláusula à **CONTRATADA** que:

2.1. Apresentar documentação falsa;

2.2. Causar o atraso na execução do objeto do contrato;

2.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

2.3.1. Para efeito de aplicação do disposto no subitem 2.2 desta Cláusula, será considerada falha na execução do contrato os casos de inexecução total, e os de inexecução parcial que resultem na rescisão contratual.

2.4. Comportar-se de modo inidôneo;

2.5. Declarar informações falsas; ou

2.6. Cometer fraude fiscal.

3. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, as sanções previstas nos subitens 1.1 e 1.3 desta Cláusula poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, juntamente com as multas convencionais e de mora, podendo estas serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados, após o encerramento do procedimento de apuração de penalidades, e quando cabível, sem prejuízo do ressarcimento dos danos causados à Administração e das demais cominações legais.

3.1. Para efeito de aplicação das penas de advertência e multa, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

GRAU	TABELA DE CORRESPONDÊNCIA
1	Advertência
2	0,1 % sobre o valor total do item contratado

3	0,25 % sobre o valor total do item contratado
4	1 % sobre o valor do item defeituoso

TABELA DE INFRAÇÕES				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**INCIDÊNCIA**	**LIMITE MÁXIMO DE APLICAÇÃO**	**GRAU**
1	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas no Edital de Licitação TSE nº 65/2019 e seus anexos e não elencadas nesta tabela de multas.	Por ocorrência	1 (uma) ocorrência	1
2	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas no Edital de Licitação TSE nº 65/2019 e seus anexos e não elencadas nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do contrato.	Por ocorrência	3 (três) ocorrências	2
3	Deixar de cumprir o prazo para entrega ou deixar de cumprir o prazo para instalação do objeto.	Por dia corrido	20 (vinte) dias	3
4	Deixar de cumprir o prazo para substituição dos equipamentos que não estiverem compatíveis com as exigências técnicas exigidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.	Por dia corrido	15 (quinze) dias	4
5	Deixar de cumprir o prazo de atendimento ou suporte para chamados de Severidade 1 ou 2, por chamado, limitado a 2 (duas) ocorrências.	Por hora	24 (vinte e quatro) horas	4
6	Deixar de cumprir o prazo de atendimento ou suporte para chamados de Severidade 3, por chamado, limitado a 5 (cinco) ocorrências.	Por dia de atraso	20 (vinte) dias	4
7	Ocorrer 2 (duas) reprovações consecutivas de um mesmo equipamento durante o recebimento definitivo.	Por ocorrência	1 (uma)	4

4. Na ocorrência de atraso superior ao item 3 da Tabela de Infrações, ou seja, a partir do 21º dia de atraso, incidirá multa adicional de 15% sobre o valor total do objeto entregue com atraso. A partir do 21º dia de atraso, a Administração poderá optar por uma das seguintes hipóteses:

4.1. Presente o interesse público, aceitar o objeto mediante justificativa aplicando a mesma multa do item 4, *caput*;

4.2. Entregue apenas parte do objeto, não aceitar o restante e rescindir o contrato, com aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, com as consequências previstas em lei e no instrumento contratual.

4.2.1. A aceitação de parte do objeto só será possível mediante demonstração nos autos de que sua recusa causará prejuízo à Administração.

4.3. Não entregue o objeto, rescindir o contrato, configurando-se, nesta hipótese, **inexecução total**, com a aplicação da multa de 30% (trinta por cento) do valor total contratado, com as consequências previstas em lei e neste contrato.

5. Extrapolado o prazo previsto no item 4 da Tabela de Infrações, a partir do 16º dia de atraso, incidirá multa adicional de 15% sobre o valor total do objeto não substituído. A partir do 16º dia de atraso, a Administração poderá optar por uma das seguintes hipóteses:

5.1. Presente o interesse público, aceitar a substituição do objeto, mediante justificativa, aplicando a mesma multa do item 5, *caput*;

5.2. Substituído apenas de parte do objeto, recusar a substituição do restante e rescindir o contrato com aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, com as consequências previstas em lei e no instrumento contratual.

5.3. Na eventualidade de não substituição da totalidade do objeto, rescindir o contrato, configurando-se, nesta hipótese, **inexecução total**, com a aplicação da multa de 30% (trinta por cento) do valor total contratado, com as consequências previstas em lei e neste contrato.

6. Extrapolado o limite de ocorrências previsto no item 7 da Tabela de Infrações, até a 3ª ocorrência, incidirá multa de 15% sobre o valor total do objeto não recebido. A partir da 3ª ocorrência, a Administração poderá optar por uma das seguintes hipóteses:

6.1. Presente o interesse público, aceitar a substituição do objeto, mediante justificativa, aplicando a mesma multa do item 6, *caput*;

6.2. Recebido apenas de parte do objeto, recusar o recebimento do restante e rescindir o contrato com aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, com as consequências previstas em lei e no instrumento contratual.

6.3. Na eventualidade de não recebimento da totalidade do objeto, rescindir o contrato, configurando-se, nesta hipótese, **inexecução total**, com a aplicação da multa de 30% (trinta por cento) do valor total contratado, com as consequências previstas em lei e neste contrato.

7. A **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, se o limite máximo previsto nos itens 5 e 6 da Tabela de Infrações para aplicação de multa de mora for extrapolado, podendo o contrato ser rescindido a critério da Administração.

8. Na aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula, a Autoridade Competente poderá considerar, além das previsões legais, contratuais e dos Princípios da Administração Pública, as seguintes circunstâncias:

8.1. A natureza e a gravidade da infração contratual;

8.2. O dano que o cometimento da infração ocasionar à Administração;

8.3. A vantagem auferida pela **CONTRATADA**, em virtude da infração;

8.4. As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes; e

8.5. Os antecedentes da **CONTRATADA**.

9. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e nas condições especificados no §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela **CONTRATADA**, ficando a aceitação da justificativa a critério do **CONTRATANTE**.

10. Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o art. 86 da Lei nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

11. O **CONTRATANTE** promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à **CONTRATADA**.

12. O período de atraso será contado em dias corridos, salvo disposição em contrário.

13. Para efeito de aplicação de penalidades, considera-se para esse fim cada lote/item como um contrato em apartado.

14. Fica estabelecido que as situações omissas serão resolvidas entre as partes contratantes, respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial as Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

15. Os atos administrativos de aplicação das sanções, com exceção de advertência, multa de mora e convencional, serão publicados resumidamente no *Diário Oficial da União*.

CLÁUSULA NONA

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos administrativos concernentes ao presente contrato cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZ

DA RESCISÃO

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais ou legais, no caso de sua inexecução total ou parcial ou nos demais previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, e ainda, nos seguintes casos:

a) descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, assim como das condições constantes deste instrumento e da proposta, e

b) ocorrência da hipótese prevista no item 5.1.4.3 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

CLÁUSULA ONZE

DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DOZE

DA VIGÊNCIA E DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União e duração de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TREZE

DA GARANTIA TÉCNICA

Os períodos e condições de garantia técnica dos produtos são os descritos no Capítulo 6 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 65/2019.

CLÁUSULA QUATORZE

DO FORO

O foro da Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para solucionar qualquer questão relativa ao presente contrato.

CLÁUSULA QUINZE

DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE**.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Brasília/DF, de 27 DEZ. 2019 de 2019.

Anderson Vidal Corrêa

Diretor-Geral da Secretaria

(Assinado Eletronicamente)

Fabrício Carpanez Leandro

Procurador

ANDERSON VIDAL CORRÊA
DIRETOR-GERAL

Documento assinado eletronicamente em **24/12/2019, às 12:30**, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1226190&crc=D1D53034, informando, caso não preenchido, o código verificador **1226190** e o código CRC **D1D53034**.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

8º Termo Aditivo ao Contrato nº 51/2015, celebrado entre o STF e a PHOENIX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - ME (Processo Eletrônico n. 000992/2016). Objeto: reajustar o valor do adicional de insalubridade e do auxílio-funeral e repactuar o contrato. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 27/12/2019. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Eduardo Silva Toledo, Diretor-Geral; e, pela contratada Ronaldo Marinho de Araújo.

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 103/2019

No Pregão em questão foi declarada vencedora a empresa TARGETWARE INFORMÁTICA LTDA. Brasília, 26 de dezembro de 2019.

MARCELLO DOS SANTOS LOPES
Pregoeiro

(SIDEC - 27/12/2019) 040001-00001-2019NE000020

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2019

No Pregão Eletrônico mencionado foi declarada vencedora do certame a empresa Semantix Tecnologia em Sistema de Informação S.A.

CEZAR AUGUSTO BARROS GADELHA
Pregoeiro

(SIDEC - 27/12/2019) 040001-00001-2019NE000020

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2019

No Pregão Eletrônico mencionado foi declarada vencedora dos itens 01 e 02 a empresa Campos e Menezes Ltda.

CEZAR AUGUSTO BARROS GADELHA
Pregoeiro

(SIDEC - 27/12/2019) 040001-00002-2019NE000020

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES

SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato-TSE nº 87/2019, firmado entre o TSE e a Calc Informática Comércio e Serviços Ltda, CNPJ 09.202.645/0001-81. OBJETO: aquisição de infraestrutura de Datacenter (itens 11, 13, 16 e 18 - Licitação TSE nº 65/2019). VALOR DO CONTRATO: R$2.331.035,60. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e 10.520/02. VIGÊNCIA: A partir da publicação no DOU e duração de 12 meses. ASSINATURA: 27/12/2019. ASSINAM: Anderson Vidal Corrêa, Diretor-Geral, pelo TSE; Fabrício Carpanez Leandro, Procurador, pela contratada. P.A 2019.00.000013791-9.

EXTRATO DE CONTRATO

EXContrato-TSE nº 84/2019, firmado entre o TSE e a PTLS Serviços de Tecnologia e Assessoria Técnica Ltda, CNPJ 09.162.855/0002-74. OBJETO: aquisição de infraestrutura de Datacenter (lote 1 / Licitação TSE nº 65/2019). VALOR DO CONTRATO: R$3.238.804,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e 10.520/02. VIGÊNCIA: A partir da publicação no DOU e duração de 12 meses. ASSINATURA: 27/12/2019. ASSINAM: Anderson Vidal Corrêa, Diretor-Geral, pelo TSE; Cláudio de Lucena Pó e Herbert José Azevedo, Procuradores, pela contratada. P.A 2019.00.000013787-0.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TA ao Contrato-TSE 71/2019, firmado entre o TSE e a Airtemp Central de Serviços e Comércio de Refrigeração Ltda. CNPJ 01.978.473/0001-20. OBJETO: 1 - Redistribuir as entregas das parcelas referentes ao serviço de manutenção; 2 - Alterar a redação dos subitens 1.1.2, 1.13 e 1.1.4. da Cláusula Sexta. FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, II, alínea b, da Lei n° 8.666/1993. ASSINATURA: 27/12/2019. ASSINAM: Anderson Vidal Corrêa, Diretor-Geral, pelo TSE; e Hideraldo Esteves, Representante legal, pela empresa. P.A 2018.00.000011189-2.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 48/2019

Processo STJ 039457/2019. Termo de Credenciamento STJ n. 48/2019. CREDENCIADO: ANA BEATRIZ MIRANDA FERNANDES. OBJETO: Prestação dos serviços de tradução juramentada do idioma inglês para o português e vice-versa. FUNDAMENTO: Art. 25 da Lei 8.666/93 e Decreto 13.609/1943. ASSINATURA: 27/12/2019. SIGNATÁRIOS: Walter Disney Noleto Costa - SAD/STJ, e Ana Beatriz Miranda Fernandes - Credenciado.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 47/2019

Processo STJ 37301/2019. Termo de Credenciamento STJ n. 47/2019. CREDENCIADO: GUSTAVO EDGARDO ACOSTA. OBJETO: Prestação dos serviços de tradução juramentada do idioma espanhol para o português e vice-versa. FUNDAMENTO: Art. 25 da Lei 8.666/93 e Decreto 13.609/1943. ASSINATURA: 27/12/2019. SIGNATÁRIOS: Walter Disney Noleto Costa - SAD/STJ, e Gustavo Edgardo Acosta - Credenciado.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo STJ 16217/2019. Contrato STJ n. 87/2019. CONTRATADA: PAV ALVES CONSTRUÇÕES LTDA - ME. CNPJ: 29.479.935/0001-84. OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, pavimentação em brita, pavimentação asfáltica, calçadas, construção de muros, pintura e iluminação externa em edificação. VIGÊNCIA: 27/12/2019 a 26/05/2020. ASSINATURA: 27/12/2019. FUNDAMENTO: Lei 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, e Decretos 10.024/2019, 8.538/2015, e, subsidiariamente, Lei 8.666/1993. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 164/2019. VALOR DO CONTRATO: R$ 261.831,98. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO P.T: 02.061.0568.4236.5664. NE: 2019NE002666 no VALOR de R$ 261.831,98, E.D. 44.90.51, Global, em 26/12/2019. SIGNATÁRIOS: Walter Disney Noleto Costa - SAD/STJ, Humberto Henrique Agustinho de Carvalho - Contratada.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO Nº 180/2019

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: Fracassada.

DANIELLE XIMENES LIMA MOREIRA
Pregoeira

(SIDEC - 27/12/2019) 050001-00001-2019NE000107

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2019

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 13/12/2019 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de fornecimento, com distribuição diária, semanal ou mensal, de jornais e revistas impressos e de senhas para acesso on-line, por meio de assinatura anual Total de Itens Licitados: 00002 Novo Edital: 30/12/2019 das 09h00 às 12h00 e de13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar Asa Sul - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 30/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/01/2020, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIDEC - 27/12/2019) 050001-00001-2019NE000107

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2019

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 13904/2019. , publicada no D.O.U de 13/12/2019 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de duas autoclaves, marca Baumer, modelo NURSE II B0108-100, com fornecimento de peças e acessórios. * Especificações, conforme edital. Novo Edital: 30/12/2019 das 09h00 às 12h00 e de13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar Asa Sul - BRASILIA - DFEntrega das Propostas: a partir de 30/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/01/2020, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIDEC - 27/12/2019) 050001-00001-2019NE000107

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 160/2019

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 004426/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de servidores de rack, discos para storage Huawei e licenças de virtualização, com serviços de instalação, configuração, garantia e suporte técnico

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIDEC - 27/12/2019) 050001-00001-2019NE000107

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: CONTRATO CJF N. 043/2019; CONTRATANTE: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF; CONTRATADA: 3F LTDA; CNPJ: 23.484.444/0001-45; OBJETO: contratação de assinatura do Software para engenharia, contemplando os módulos: Básico Orçamento, Bases Adicionais, Medição de obras, Diário de Obra e OrçaBim; FUNDAMENTAÇÃO: Lei n. 8.666/1993, art. 25, inciso I; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade; PROCESSO SEI N.: 0006274-21.2019.4.90.8000; DATA DE ASSINATURA: 24/12/2019; VIGÊNCIA: 24/12/2019 a 23/12/2020; VALOR DO CONTRATO: R$ 13.185,00; CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: PTRES: 096903; E.D.: 339039; NOTA DE EMPENHO: 2019NE000707; SIGNATÁRIOS: Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES - Secretária-Geral/CJF, e RONELLE RODRIGUES SANTA ANA - Sócia-Administradora /3F.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: CONTRATO CJF N. 044/2019; CONTRATANTE: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF; CONTRATADA: ARCADE TECNOLOGIA PROJETOS E ENGENHARIA LTDA; CNPJ: 00.850.974/0001-64; OBJETO Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de sistema de segurança eletrônica incluindo Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e Sistema de controle de Acesso(SCA), todos integrados entre si, incluindo elaboração de projetos, instalação, configuração e transferência de conhecimento, entre outros serviços necessários para instalação do novo sistema visando garantir a segurança e proteção das pessoas e patrimônio, com garantia de 60 meses, para atendimento às necessidades do CJF, Grupo/lote 2; FUNDAMENTAÇÃO: Lei n. 8.666/1993 e alterações, Lei Complementar n. 123/2006, Decretos ns. 7.174/2010 e 8.538/2015; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n. 22/2019; PROCESSO SEI N.: 0005212-75.2019.4.90.8000; DATA DE ASSINATURA: 24/12/2019; VIGÊNCIA: 6 meses, contados da assinatura do contrato, para as ETAPAs I e II, e 60 meses para conclusão dos serviços de instalação, configuração, migração e transferência de conhecimento; VALOR DO CONTRATO: R$ 839.403,00; CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: PTRES: 096903; E.D.: 449052, 449040 e 339030; NOTA DE EMPENHO: 2019NE000728, 2019NE000729 e 2019NE000730; SIGNATÁRIOS: Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES - Secretária-Geral/CJF, e MILTON FERNANDES BALIEIRO JÚNIOR - Sócio-Administrador /ARCADE.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: CONTRATO CJF N. 042/2019; CONTRATANTE: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF; CONTRATADA: SMARTER ENGENHARIA EIRELI; CNPJ: 34.228.416/0001-83; OBJETO: prestação de serviço de assistência técnica e conservação do grupo gerador instalado no edifício-sede do Conselho da Justiça Federal, compreendendo: serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e aplicação de peças e insumos necessários, além de atendimento de chamadas de emergência; FUNDAMENTAÇÃO: Lei n. 8.666/1993 e alterações, e a Lei n. 12.846/2013; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n. 30/2019; PROCESSO SEI N.: 0002588-09.2019.4.90.8000; DATA DE ASSINATURA: 24/12/2019; VIGÊNCIA: 24/12/2019 a 23/12/2020; VALOR DO CONTRATO: R$ 11.200,00; CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: PTRES: 096903; E.D.: 339030 e 339039; NOTA DE EMPENHO: 2019NE000705, 2019NE000706; SIGNATÁRIOS: Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES - Secretária-Geral/CJF, e DANILO MOREIRA RODRIGUES - Sócio-Propietário / SMARTER.